Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 44 407

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 24 914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante propostas aprovadas pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São autorizadas as repartições da Direcção-Geral da Contabilidade Pública respectivas a mandarem satisfazer, em conta da verba de despesas de anos económicos findos inscrita nos orçamentos do actual ano económico, as quantias seguintes:

Encargos gerais da Nação

Encargo do ano de 1961, respeitante a telefones, a liquidar pelo conselho administrativo do grupo de detecção, alerta e conduta da intercepção n.º 1 11 536\$90

Ministério das Finanças

Despesas dos anos de 1960 e 1961, referentes a ajudas de custo, subsídios de viagem e de marcha e transportes, a liquidar por diversos serviços do Ministério 279 343\$50

Despesas do ano de 1961, com impressos, incluindo o Orçamento Geral do Estado, regulamentos e separatas 99 800\$20

Despesas do ano de 1961, com impressos, sua encadernação, capas e pertences para os serviços das direcções de finanças distritais e secções concelhias dependentes das Direcções-Gerais da Fazenda Pública e das Contribuições e Impostos 62 163\$80

Encargos do ano de 1961, respeitantes a correios e telegrafos, telefones e a pagamento de serviços e encargos não especificados, a liquidar pela Direcção-Geral das Contribuições e Impostos e serviços dependentes 11 168\$30

Despesas do ano de 1961, com a venda de valores selados 85 338\$00

537 813\$80

Ministério do Interior

Despesas do ano de 1961, com a assistência clínica prestada a um soldado da Guarda Nacional Republicana vítima de acidente de viação 6 023\$00

Ministério da Justiça

Encargo do ano de 1961, respeitante a despesas a satisfazer pela Cadeia Central de Mulheres em conta do subsídio anualmente concedido e a serviços clínicos e de hospitalização da população prisional 28 637\$00

Ministério do Exército

Encargos dos anos de 1960 e 1961, provenientes de vencimentos a abonar a diversos oficiais do Exército por promoções, regresso à metrópole e ingresso nos quadros e a ajudas de custo a abonar a um segundo-sargento do regimento de artilharia n.º 6 63 427\$00

Despesas dos anos de 1959 e 1960, a liquidar pelos conselhos administrativos dos regimentos de infantaria n.ºs 14 e 15, respeitantes à aquisição de impressos e a uma indemnização, fixada por sentença judicial, em consequência de um acidente de viação ocorrido com uma viatura militar 54 469\$00

117 896\$00

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Encargos dos anos de 1960 e 1961, respeitantes a uma diferença cambial verificada no pagamento de uma despesa orçamental e à indemnização a conceder aos proprietários da antiga residência da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, por motivo da rescisão do respectivo contrato de arrendamento 9 758\$10

Despesas de deslocação, referentes ao ano de 1961, do Consulado-Geral de Portugal em Londres 44 814\$20

Despesas do ano de 1961, com missões extraordinárias de serviço público no estrangeiro 126 910\$60

181 482\$90

Ministério das Obras Públicas

Encargos do ano de 1961, respeitantes a ajudas de custo a pagadores do Ministério, despesas de conservação e aproveitamento de semoventes, telefones e a consumo de energia eléctrica, a liquidar pela Secretaria-Geral 44 588\$30

Ministério da Educação Nacional

Encargos dos anos de 1960 e 1961, referentes a telefones e transportes das direcções dos distritos escolares de Lisboa e do Porto 931\$00

Encargo do ano de 1961, respeitante a luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza, a liquidar pela Escola Industrial e Comercial de Guimarães e Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda 9 771\$60

Encargo do ano de 1961, referente a matérias-primas e produtos acabados ou meio acabados para usos industriais, a liquidar pela Escola Técnica Elementar Francisco de Arruda 6 365\$00

17 067\$60

Ministério das Comunicações

Encargo do ano de 1960, com a assistência clínica prestada a um guarda da Polícia de Viação e Trânsito vítima de acidente em serviço 800\$30

Ministério das Corporações e Previdência Social

Despesas do ano de 1961, referentes à aquisição de artigos de expediente e a exames radiológicos e laboratoriais efectuados a sinistrados, a liquidar pelos Tribunais do Trabalho da Guarda e de Lisboa 5 922\$70

Ministério da Saúde e Assistência

Despesas do ano de 1961, referentes a telefones, a liquidar pela Circunscrição de Defesa Sanitária dos Portos Marítimos e Aéreos da Zona Norte e Direcção-Geral da Assistência 3 987\$80

Art. 2.º Ficam igualmente autorizados a satisfazer as quantias abaixo indicadas pela verba consignada a despesas de anos económicos findos dos seus orçamentos privativos os seguintes serviços:

Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos

Encargos do ano de 1961, com a publicação de um anúncio e com o transporte de material da brigada de radiorastreio que se deslocou aos Açores 3 989\$80

Hospital Miguel Bombarda

Salários devidos a uma costureira, referentes aos meses de Agosto a Dezembro de 1961 6 984\$00

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 20 de Junho de 1962. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha

Sottomayor Correia de Oliveira — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Mário José Pereira da Silva — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — Adriano José Alves Moreira — Manuel Lopes de Almeida — José do Nascimento Ferreira Dias Júnior — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que o Governo dos Países Baixos procedeu, em 11 de Maio último, no Ministério dos Negócios Estrangeiros da França, ao depósito dos instrumentos de ratificação da Convenção de Nice relativa à classificação internacional de produtos e serviços a que se aplicam as marcas de fabrico ou de comércio.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 7 de Junho de 1962. — O Director-Geral, *Albano Pires Fernandes Nogueira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 19 242

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do n.º III da base LXXXVIII da Lei Orgânica do Ultramar Português, que se publiquem no *Boletim Oficial* das províncias ultramarinas, para nelas terem execução, os artigos 21.º a 29.º da Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948.

Ministério do Ultramar, 20 de Junho de 1962. — O Ministro do Ultramar, *Adriano José Alves Moreira*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *A. Moreira*.

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 19 243

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir na província de S. Tomé e Príncipe um crédito especial de 500 000\$ para reforço da verba do capítulo 12.º, artigo 299.º, n.º 1), alínea a) «Outras despesas extraordinárias — Diversos — Corpo de voluntários», da tabela de despesa extraordinária do orçamento vigente daquela província, a fim de custear as despesas resultantes da execução do Decreto n.º 44 217,

de 2 de Março de 1962, tomando como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos.

Ministério do Ultramar, 20 de Junho de 1962. — Pelo Ministro do Ultramar, *João da Costa Freitas*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *J. da Costa Freitas*.

Portaria n.º 19 244

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 770, de 29 de Julho de 1946, conjugado com o artigo 5.º do Decreto n.º 40 712, de 1 de Agosto de 1956, abrir na província de S. Tomé e Príncipe um crédito especial da quantia de 1 300 000\$, a inscrever em adicional à tabela de despesa extraordinária do orçamento geral em vigor, destinado a custear as despesas com a beneficiação do avião *Heron* dos transportes aéreos da província, tomando como contrapartida o saldo das contas de exercícios findos.

Ministério do Ultramar, 20 de Junho de 1962. — Pelo Ministro do Ultramar, *João da Costa Freitas*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe. — *J. da Costa Freitas*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO

Decreto-Lei n.º 44 408

A aplicação prática nas várias regiões demarcadas das normas constantes do Decreto-Lei n.º 43 262, de 20 de Outubro de 1960, suscitou problemas de ordem vária, os quais aconselham a promulgação de um novo diploma de que constem preceitos complementares destinados a permitir a integral realização dos fins que se tiveram em vista ao autorizar-se o armazenamento dos vinhos típicos das respectivas zonas demarcadas fora das regiões produtoras.

É o que se leva a efeito pelo presente diploma.

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Os vinhos típicos regionais, com excepção do vinho do Porto, poderão ser armazenados e engarrafados fora das regiões produtoras, mediante autorização dos respectivos organismos vitivinícolas regionais.

2. As operações de armazenamento e de engarrafamento poderão ter lugar em entrepostos privativos ou em armazéns dos organismos vitivinícolas regionais ou de coordenação económica e ainda em armazéns particulares, devendo estes últimos satisfazer às condições técnicas e higiénicas a indicar pelos organismos interessados, a cuja fiscalização ficam sujeitos.

3. Nos armazéns particulares só é permitido o engarrafamento em vasilhas de capacidade até 11, salvo casos especiais em que, sob parecer favorável dos organismos interessados, poderá ser superiormente autorizado o engarrafamento em vasilhas até 5,3 l.

Art. 2.º — 1. A fim de garantir a genuinidade dos vinhos regionais armazenados e engarrafados nos ter-